



ESTADO DE GOIÁS
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO: 202100059000690

INTERESSADO: AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO

ASSUNTO: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET IP PARA O PROGRAMA MAIS CRÉDITO.**

DESPACHO Nº 156/2021 - GELIC- 17163

DESPACHO Nº 156/2021 - GELIC- DISPENSA DE LICITAÇÃO

Trata este Processo das justificativas de Dispensa de Licitação, para contratação durante um período de 12 (doze) meses, de um Link de Internet IP de no mínimo 100 Mbps, para implementar o programa Mais Crédito, que será instalado no prédio da Avenida Anhanguera, conforme justificativas a respeito da necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 27/2021-GETEC (000020020677), oportunidade em que passamos a tecer as seguintes considerações:

Considerando que a Gerência de Tecnologia da Informação, através do Memorando nº 27/2021-GETEC (000020020677) encaminhou à Presidência, solicitação pedindo a contratação por um período de 12 (doze) meses, de um Link de Internet com serviço de acesso IP (Internet Protocol) dedicado e implantado sobre um enlace determinístico de no mínimo 100 Mbps (Megabits por segundo), sem restrição de tráfego de dados, devidamente testado e certificado, visando a implantação do programa Mais Crédito que será instalado em um prédio da GoiásFomento, localizado na Avenida Anhanguera, nº 5.133, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.043-012.

Considerando que o Diretor Presidente, através do Despacho nº 260/2021-PRESI (000020028736), ordenou a Gerência de Licitações e Contratos, desde que atendidas todas as exigências e formalidades previstas em lei, a providenciar o mais breve possível procedimento licitatório para contratação de um *Link de Internet IP* com no mínimo 100 Mbps para implementação do programa Mais Crédito.

Considerando as justificativas acima e a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de instalação de um Link de internet IP, a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio providenciou Orçamento de Licitações

(000020020871) e Orçamento SUPERI (000020020931) dos seguintes fornecedores:

1. **SUPERI TELECOM LTDA**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$18.000,00 (dezoito mil reais);
2. **FERNANDO OLIVEIRA CAMBUHY INFORMÁTICA**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$3.230,00 (três mil, duzentos e trinta reais) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais);
3. **UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$3.420,00 (três mil, quatrocentos e vinte reais) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais);
4. **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$3.894,59 (três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$46.735,08 (quarenta e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e oito centavos);
5. **ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$7.908,00 (sete mil, novecentos e oito reais) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$94.896,00 (noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais);
6. **ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, apresentou proposta de preço no valor mensal de R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) e global por um período de 12 (doze) meses de R\$172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais);

Considerando o exposto nas cotações de preços anexadas aos autos, restou comprovado que a melhor proposta de preço apurada foi aquela apresentada pela empresa **SUPERI TELECOM LTDA**, que apresentou proposta de preço no valor mensal de **R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)** e global por um período de 12 (doze) meses de **R\$18.000,00 (dezoito mil reais)**.

Considerando que a referida contratação por meio desta **Dispensa de Licitação** cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, fatores que propiciam segurança jurídica da contratação, senão vejamos:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal pelo qual reza o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da

Constituição Federal de 1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 13.303/2016, mais conhecida como Lei das Estatais, no caso da **GoiásFomento** foi criado recentemente o **Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, no caso, as **Dispensas de Licitações** e as Inexigibilidades de Licitações. O presente procedimento, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, onde se verifica ocasião em que é cabível a **Dispensa de Licitação**:

O Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A, estabelece o seguinte:

Art. 51 - A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I (...)

II Para outros serviços e compras de valor até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Os atos em que se verifique a **Dispensa de Licitação** são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II, inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, o que justifica a contratação direta.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, pelo menos 03 (três) propostas de preço.

Finalmente, considerando que as despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação, informada no Despacho nº 34/2021-ASTEC (000020093567) serão contabilizadas através da Rubrica Contábil da Dotação Orçamentária Conta nº 8.1.7.12.40.001.000-

3 - DESPESAS DE COMUNICAÇÕES - INTERNET.

Esta Comissão, com base na solicitação da Gerência de Tecnologia da Informação, estampada no Memorando nº 27/2021-GETEC (000020020677), e ainda, nas considerações acima, resolve declarar por meio deste Despacho, a **Dispensa de Licitação**, para contratação de um Link de Internet com serviço de acesso IP (Internet Protocolo) dedicado de no mínimo 100 Mbps, junto a empresa **SUPERI TELECOM LTDA**, pelo preço mensal de **R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)** e global por um período de 12 (doze) meses de **R\$18.000,00 (dezoito mil reais)**.
Fundamentação Legal: **Artigo 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A.**

Diante do exposto, participamos que foram juntados todos os documentos necessários para instruir este procedimento.

Remetam-se os autos à GEJUD para o devido parecer jurídico e, após, ao Senhor Presidente para, caso assim entenda, autorizar a referida contratação nos termos das exposições acima.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA

Presidente da CPL

Membros:

01. Klycia Lima Soares

02. Petherson Santos Santana

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO (A) AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO, ao(s) 27 dia(s) do mês de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA**, **Gerente**, em 27/04/2021, às 17:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000020129237** e o código CRC **700E0573**.



Referência:
Processo nº 202100059000690



SEI 000020129237